

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2017

1. EXTENSÃO DA VANTAGEM PESSOAL DE EFICIÊNCIA, DE FORMA A REPERCUTIR PARA AQUELES QUE NÃO A RECEBEM;
2. UNIFICAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO E ANALISTA;
3. CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ESTUDO E ELABORAÇÃO DE UM PCCV, COM PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO;
4. REPOSIÇÃO SALARIAL 2016/2017, RESPEITANDO A DATA BASE, SEM FRACIONAMENTO;
5. APLICABILIDADE DO PCS – LEI 11.170/2008 COM A DEVIDA CORREÇÃO MONETÁRIA DA TABELA E IMPLANTAÇÃO DAS PARCELAS VINCENDAS DA GAE, ASSIM COMO A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 01/2013 (PROGRESSÃO FUNCIONAL);
6. REAJUSTE DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO;
7. CONCESSÃO DO AUXÍLIO SAÚDE, AUXÍLIO EDUCAÇÃO E/OU BOLSAS DE ESTUDOS;
8. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DAS SUBSTITUIÇÕES PARA TODOS OS SERVIDORES, INDEPENDENTE DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE, OBSERVADA A RETROATIVIDADE;
9. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE SOLICITARAM APOSENTADORIA OU PREENCHERAM OS REQUISITOS PARA TAL ANTES DA LEI 13.471/2015;
10. DESVINCULAÇÃO DAS REMOÇÕES ÀS DIFERENÇAS DE ENTRÂNCIAS (LOJ);
11. CONCESSÃO DE AUXÍLIO CRECHE;
12. MUDANÇA NOS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES E AVALIADORES, COM O DEVIDO REAJUSTE;
13. TRATAMENTO ISONÔMICO DOS SERVIDORES DOS SAJS E JUIZADOS DE APOIO EM RELAÇÃO A TODO O CALENDÁRIO E PONTOS FACULTATIVOS, INCLUINDO TAMBÉM OS HORÁRIOS DE LABOR, BEM COMO O AUMENTO DO TEMPO DOS ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS POR PARTE DOS ATENDENTES JUDICIÁRIOS (DELIBERAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS)
14. REVOGAÇÃO DO DECRETO QUE PROÍBE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA EXERCER CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA, FORTALECENDO O ACESSO DOS SERVIDORES EFETIVOS AOS CARGOS COMISSIONADOS DO TJ;

15. MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO: ATENÇÃO À ERGONOMIA, PREVENÇÃO DE ENFERMIDADES ADVINDAS DA INFORMATIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DA JUSTIÇA – PROGRAMA DE SAÚDE, COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE, MELHORIA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS – COM ESPAÇO PARA VESTIÁRIO, COPA E BICICLETÁRIO - E CRIAÇÃO IMEDIATA DE COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DAS UNIDADES E SUBSTITUIÇÃO DOS SEM CONDIÇÕES DE USO;
16. ISENÇÃO OU REEMBOLSO DE TAXA DE ESTACIONAMENTO PARA TODOS OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO EM EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO, EM ESPECIAL PARA OS SERVIDORES QUE TRABALHAM NOS SHOPPINGS E PARA OS OFICIAIS DE JUSTIÇA;
17. INTERMEDIÇÃO JUNTO À ALBA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE POSSIBILITA A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE 1/3 DAS FÉRIAS PARA TODOS OS SERVIDORES;
18. IMPLEMENTAÇÃO DO TELETRABALHO (RESOLUÇÃO 227/16 DO CNJ);
19. CONDICIONAMENTO DO EXERCÍCIO DO SUBSTITUTO AO REFERENDO DA PORTARIA POR PARTE DO TJ E A AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO IMEDIATO.
20. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR SUBSTITUTO.
21. DESBUROCRATIZAÇÃO DO TRÂMITE DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, OBEDECENDO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS EM RELAÇÃO AO TEMPO DE RESPOSTA, EM ESPECIAL OS PROCESSOS QUE TENHAM EFEITO FINANCEIRO.